

Direcção-Geral de Veterinária

Despacho n.º 6436/2006 (2.ª série). — O Decreto-Lei n.º 245/2000, de 29 de Setembro, regula a autorização de introdução no mercado, o fabrico, a importação e exportação, a distribuição, a cedência a título gratuito, a detenção ou posse e a utilização de medicamentos veterinários imunológicos.

As normas daquele diploma legal visam a salvaguarda da saúde pública, da saúde animal e da defesa do ambiente, sendo um quadro normativo claro e inequívoco que visa garantir e preservar a qualidade da distribuição e a qualidade, segurança e eficácia dos medicamentos veterinários imunológicos.

Para a manutenção destes objectivos é necessário rever e actualizar periodicamente a lista das entidades autorizadas a adquirir directamente medicamentos veterinários imunológicos que, por reunirem os requisitos legais, foram autorizadas para o efeito.

Nos termos do n.º 3 do artigo 54.º do citado diploma legal, compete à Direcção-Geral de Veterinária organizar a lista das entidades autorizadas para a aquisição directa de medicamentos veterinários imunológicos, devendo a mesma ser publicada, anualmente, no *Diário da República*.

Assim, dando cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 245/2000, de 29 de Setembro, determina-se o seguinte:

1 — As entidades autorizadas para aquisição directa de medicamentos veterinários imunológicos são as constantes do anexo ao presente despacho, que dele faz parte integrante.

2 — É revogado o despacho n.º 13 498/2005 (2.ª série), de 20 de Junho.

22 de Fevereiro de 2006. — O Director-Geral, *Carlos Manuel de Agrela Pinheiro*.

ANEXO

Entidades autorizadas para aquisição directa de medicamentos veterinários imunológicos

Nome ou denominação social	Sede social	Número da licença
Sociedade Agrícola da Quinta da Freiria, S. A. LEICAR — Associação dos Produtores de Leite e Carne.	Lugar da Roliça, 2540-671 Roliça, Bombarral Largo do Padre Arnaldo Moreira, 29, 4490 Póvoa de Varzim.	1/C.IM/2002, de 16 de Maio. 1/C.IM/2004, de 10 de Março.
CARNOVINA — Agrupamento de Produtores Agro-Pecuários.	Armazém das Lãs, Rua da Cidade de São Paulo, 36, 7801-904 Beja.	2/C.IM/2004, de 23 de Dezembro.
Cooperativa Agrícola de Barcelos, C. R. L.	Rua de Fernando de Magalhães e Menezes, 206, 4750-290 Barcelos.	1/C.IM/2005, de 16 de Junho.
APP — Agrupamento de Produtores Pecuários, S. A. Cooperativa Agrícola dos Criadores de Gado da Benedita, C. R. L.	Rua da Granja, 8, Boavista, 2400 Leiria Avenida da Igreja, 2475-999 Benedita	2/C.IM/2005, de 29 de Junho. 3/C.IM/2005, de 26 de Julho.
Cooperativa Agrícola de Vila Verde — CAVIVER	Avenida de António Sérgio, 785, 4730-711 Vila Verde.	4/C.IM/2005, de 29 de Novembro.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes

Despacho n.º 6437/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, obtida a anuência dos CTT — Correios de Portugal, S. A., destaco a licenciada Ana Luísa Cerveira de Mira Feio, com efeitos a partir de 6 de Março de 2006, para exercer funções no meu Gabinete, na área da sua especialidade, auferindo mensalmente, pelo serviço de origem, a remuneração que lhe é devida em razão da categoria que detém, acrescida das despesas de representação estabelecidas por lei para o cargo de adjunto de gabinete, a suportar pelo orçamento do meu Gabinete.

2 de Março de 2006. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO
E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Casa Pia de Lisboa, I. P.

Despacho (extracto) n.º 6438/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente da comissão instaladora da Casa Pia de Lisboa, I. P., de 7 de Março de 2006:

Célia Maria Franco Almeida — nomeada técnica superior de 2.ª classe da carreira de serviço social, em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de um ano, ao abrigo do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

8 de Março de 2006. — O Director de Serviços de Gestão e Administração, *Álvaro Eduardo da Costa Amaral*.

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Beja

Aviso n.º 3597/2006 (2.ª série). — Nos termos do que dispõe o n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que foi afixada, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Beja respeitante ao ano de 2005.

Da organização da lista cabe reclamação a deduzir no prazo de 30 dias consecutivos a contar da publicação deste aviso. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Março de 2006. — O Director, *José Valente Guerra*.

Instituto para a Segurança, Higiene
e Saúde no Trabalho, I. P.

Despacho n.º 6439/2006 (2.ª série). — Considerando que, nos termos do Decreto-Lei n.º 171/2004, de 17 de Julho, foi criado o Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, I. P., com o objectivo de executar as políticas de segurança, saúde e bem-estar no trabalho;

Considerando que se encontra vago o lugar correspondente ao cargo de delegado da Área Técnica de Lisboa, previsto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 219/93, de 16 de Junho, importando assegurar a coordenação e a regular a prossecução das atribuições e competências cometidas àquela unidade orgânica;

Reunindo a licenciada Maria Luísa de Sousa Pereira Marques Anastácio, técnica superior principal do quadro de pessoal do Instituto Português da Juventude, os requisitos legais exigíveis, bem como o perfil pretendido para o exercício do cargo;

Nomeio, no uso da competência própria conferida pela alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º e ao abrigo do artigo 27.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, em regime de substituição, a licenciada Maria Luísa de Sousa Pereira Marques Anastácio no cargo de delegada da Área Técnica de Lisboa do Instituto para

a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, com efeitos a 13 de Março de 2006.

7 de Março de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Jorge Gaspar*.

Nota relativa ao currículo académico e profissional

Nome Maria Luísa de Sousa Pereira Marques Anastácio.
Estado civil — casada.
Bilhete de identidade n.º 6974196, emitido em 1 de Abril de 2005, pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa.
Data de nascimento — 12 de Janeiro de 1965.
Naturalidade — Venteira, Amadora.
Nacionalidade — portuguesa.
Licenciada em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, concluída em 19 de Julho de 1998.
Estágio de advocacia (1988-1990).
Advogada, desde 2 de Outubro de 1990.
Em Dezembro de 1996, precedendo concurso, integrada no quadro de pessoal do Instituto Português da Juventude, na carreira técnica superior/jurista, categoria de técnica superior de 2.ª classe.
Em 27 de Setembro de 2000, precedendo concurso, nomeada na categoria de técnica superior de 1.ª classe.
Em 15 de Dezembro de 2005, precedendo concurso, nomeada na categoria de técnica superior principal.
De Setembro de 2000 a Julho de 2001 desempenhou, em regime de substituição, funções de chefe de divisão do Gabinete Jurídico do Instituto Português da Juventude, reportando directamente à respectiva comissão executiva.
Requisitada, desde 20 de Janeiro de 2003 até 1 de Julho de 2005, pela Assembleia da República, onde exerceu funções de assessoria aos deputados no acompanhamento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Trabalho e dos Assuntos Sociais, posteriormente designada como Comissão de Trabalho e Segurança Social, designadamente no acompanhamento dos trabalhos de aprovação do Código do Trabalho e respectiva regulamentação.
Formação profissional complementar:

Curso de regime jurídico dos contratos administrativos, no Instituto Nacional de Administração (INA);
Curso de contencioso administrativo, no Instituto Nacional de Administração (INA);
Entre 3 e 6 de Junho de 1998, em Estocolmo, na Suécia, participou no XVIII Congresso FIDE (Federação Internacional de Direito Europeu) sobre Direito Comunitário;
Entre 31 de Maio e 3 de Junho de 2000, em Helsínquia, na Finlândia, participou no XIX Congresso FIDE (Federação Internacional de Direito Europeu), sobre Direito Comunitário;
Conferência «Novo regime jurídico de empreitadas de obras públicas — Decreto-Lei n.º 55/99, de 2 de Março», SFN/Sociedade Financeira de Negócios, L.ª,
Curso de direito desportivo, na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa — Diplôme Supérieure d'Études Françaises Modernes, na Alliance Française de Lisbonne;
Curso de gestão administrativa e financeira, Instituto Português da Juventude;
Curso «O processo disciplinar na Administração Pública», SFN/Sociedade Financeira de Negócios, L.ª,
Curso de gestão de equipas e organização de métodos de trabalho, Instituto Português da Juventude, 2001;
Curso de feitura de leis, no Instituto Nacional de Administração (INA), 2002;
Curso «O trabalho das comissões no acompanhamento dos assuntos europeus», Assembleia da República, 2004;
Curso de sistema integrado de avaliação de desempenho na Administração Pública, Instituto Nacional de Administração, 2006.

Outras actividades:

Vice-presidente e vogal do conselho de disciplina da Associação de Futebol de Lisboa, entre 1992 e 2002;
Vice-presidente do conselho de disciplina da Federação Portuguesa de Futebol, desde Novembro de 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral da Saúde

Aviso n.º 3598/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, comu-

nica-se que foi elaborada a lista de antiguidade do pessoal do quadro da Direcção-Geral da Saúde reportada a 31 de Dezembro de 2005, encontrando-se um exemplar na Secção de Pessoal desta Direcção-Geral, que poderá ser consultado pelos interessados.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso para reclamação da lista ao dirigente máximo do serviço.

7 de Março de 2006. — Pela Chefe de Repartição, a Chefe de Secção, *Sofia Serra*.

Centro Hospitalar das Caldas da Rainha

Deliberação n.º 345/2006. — Por deliberação do conselho de administração deste Centro Hospitalar de 2 de Março de 2006 (não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas):

Dr. Jorge Penas Luís, assistente de pediatria do quadro de pessoal deste Centro Hospitalar — homologada a acta da comissão de avaliação curricular que concede a progressão à categoria de assistente graduado da carreira médica hospitalar, por obtenção do grau de consultor, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 210/91, de 12 de Junho, com efeitos a 14 de Maio de 2005, data a partir da qual completou oito anos de antiguidade na categoria de assistente.

Dr.ª Luísa Maria Ferreira dos Santos Preto, assistente de pediatria do quadro de pessoal deste Centro Hospitalar — homologada a acta da comissão de avaliação curricular que concede a progressão à categoria de assistente graduada da carreira médica hospitalar, por obtenção do grau de consultor, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 210/91, de 12 de Junho, com efeitos a 18 de Agosto de 2005, data a partir da qual completou oito anos de antiguidade na categoria de assistente.

7 de Março de 2006. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Maria do Rosário Sabino*.

Centro Hospitalar de Coimbra

Aviso n.º 3599/2006 (2.ª série). — Para conhecimento, publica-se a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso n.º 18/2005, assistente de hematologia, por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 161, de 23 de Agosto de 2005, após confirmação orçamental pela DGO, homologada pelo conselho de administração do Centro Hospitalar de Coimbra em 23 de Fevereiro de 2006:

	Valores
1.º Marta Isabel Cordeiro Beja Ferreira Duarte	18,65
2.º Lucília da Silva Marques	17,71
3.º José Carlos Alberto Almeida	14,10

Da homologação cabe recurso, com efeito suspensivo, a interpôr para o Ministro da Saúde no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, devendo o mesmo ser entregue ou enviado para o Serviço de Gestão de Recursos Humanos do Centro Hospitalar de Coimbra.

Antes da homologação atrás mencionada, foi efectuada a audiência oral aos interessados, nos termos do artigo 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro).

1 de Março de 2006. — O Director do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *José Miguel Perpétuo*.

Aviso n.º 3600/2006 (2.ª série). — Concurso n.º 8/2006 — concurso interno geral de ingresso na categoria de assistente de medicina interna. — 1 — Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente do conselho de administração da Administração Regional do Centro e do conselho de administração do Centro Hospitalar de Coimbra de 9 de Fevereiro de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 20 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de ingresso para provimento de um lugar vago na categoria de assistente de medicina interna, da carreira médica, do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Coimbra, aprovado pela Portaria n.º 1035/95, de 25 de Agosto, alterado pela Portaria n.º 425/96, de 30 de Agosto.

2 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.